

Mudança diplomática

PELA primeira vez depois da assinatura dos acordos de Nkomati com Moçambique e de Lusaka com Angola, o chefe do Governo sul-africano vem à Europa, em visita oficial a vários Estados, entre os quais Portugal. Não se trata, obviamente, de uma visita de rotina. A própria diplomacia de Pretória encarregou-se de desfazer eventuais dúvidas a esse respeito, ao divulgar, na semana passada, um comunicado em que reafirma a sua vontade e determinação de fazer cumprir a letra dos documentos assinados por Pieter Botha, declaração essa que mereceu de imediato as congratulações de Maputo. O primeiro-ministro da República da África do Sul vem, portanto, procurar incrementá-lo, agora em novas bases, o relacionamento do seu país com a comunidade ocidental.

É sabido como esse relacionamento, processando-se embora normalmente a vários níveis, tem conhecido episódios bastante atribulados no seio de algumas organizações como a ONU, onde a política de separação racial da África do Sul é frequentemente alvo de reprovação quase unânime e de incitamento a bloqueios de várias naturezas. Os seus progressos no campo diplomático têm sido notáveis, passando de apenas 29 representações em 1966 para 53 na actualidade. Inclusivamente, os seus contactos com outros governos têm-se multiplicado, mesmo quando não ascendem ao nível de troca de embaixadores. Apesar disso, a comunidade internacional continua maioritariamente a mostrar-se-lhe desfavorável e a tomar sistematicamente partido pelos países com os quais partilha fronteiras e mantém a hostilidades.

Com os acordos assinados há dois meses e meio, Pretória coloca-se na posição de quem quer a paz e de quem só não a celebrou há mais tempo porque os seus vizinhos se não mostravam ou não mostram ainda interessados, procurando, por este meio, neutralizar uma parte significativa das razões que contra si pendiam. Naturalmente, a parte que fica é de peso. A questão da Namíbia continua por resolver, o *apartheid* não deixa de ser algo que escandaliza as consciências em finais do século XX e inibe muitos dirigentes europeus face à África do Sul, por mais que esta recorde que os seus habitantes negros têm melhores condições económicas e mais possibilidades de ascensão social do que em qualquer outro país do continente. Somente, os acordos com Moçambique não foram celebrados apenas para proteger as fronteiras sul-africanas e retirar uma das bases importantes dos guerrilheiros do ANC. O regime de Pretória estava e está suficientemente escudado do ponto de vista militar para que fossem essas as principais razões que levaram Pieter Botha a dar um passo que, sob o ponto de vista da política interna, envolvia alguns riscos. Em Nkomati, conforme os observadores unanimemente referem, jogou-se uma cartada visando sobretudo inverter a situação que até ali deixava a África do Sul no papel de acusada, para passar agora a

uma ofensiva no plano diplomático? A viagem de Botha à Europa é já um sintoma dessa viragem na estratégia sul-africana. Afinal, poderá o primeiro-ministro de Pretória dizer aos europeus: quem nos pode acusar se até fizemos a paz com o regime marxista de Samora Machel?

Convenhamos que o argumento é de peso; mesmo se encarado na óptica soviética, que interpreta os acordos como um sinal de fraqueza de Pretória. Mas a importância desse argumento está sobretudo em relegar para segundo plano a questão do *apartheid*, para a qual Pretória não dispõe de argumentos. Do banco dos réus, o Governo de Botha passa para a primeira fila das iniciativas destinadas a resolver os problemas da região, sem que, para tanto, tenha sido necessário alterar os princípios da política que tem seguido. E, neste momento, talvez já se possa dizer que é a Europa quem tem de repensar toda a sua política relativamente ao Sul da África.

Diario de Noticias

Lisboa (P)

Tir. q. 80 000

Argus Media No. 5200

29 Mai 1984